

MARXISMO E INDIGENISMO: MARIÁTEGUI E O SOCIALISMO INDO-AMERICANO¹

Matheus de Carvalho Barros²

A obra de José Carlos Mariátegui representa um marco essencial do marxismo latino-americano, sendo amplamente reconhecido como o primeiro autor a desenvolver uma análise original sobre a realidade da América Latina com base no materialismo histórico. Embora, em termos cronológicos, não seja possível afirmar que o jornalista peruano tenha sido o primeiro marxista do continente, Mariátegui é considerado por diversos analistas como o mais original e criativo marxista do “Novo Mundo”, e o fundador de um marxismo genuinamente latino-americano (Kyser, 2012; Rubbo, 2021).

Para Gerardo Leibner (1999), a originalidade e a potência de Mariátegui como pensador são expressas justamente em sua análise sobre a história peruana a partir da denominada “questão indígena”. Através de uma perspectiva anticolonial, Mariátegui articulou o radicalismo político derivado das análises marxistas com a linguagem dos movimentos populares e indígenas da América Latina. Na esteira desse argumento, Ruy Braga (2021) ressalta que o comunista peruano soube sintetizar as dimensões universal e particular em um projeto político singular, combinando os movimentos subalternos regionais com a teoria revolucionária marxista, conformando aquilo que ficou conhecido como “socialismo indo-americano”.

Entretanto, quais seriam as fontes do “marxismo Quéchuá”³ de Mariátegui? Como bem destaca Tible (2020), as influências europeias, marxista e não marxista,

¹Artigo recebido em 14/03/2025. Aprovado pelos editores em 20/03/2025. Publicado em 09/04/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.66970>.

²Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (PPGSA/UFRJ), Rio de Janeiro - Brasil.

E-mail: carvalho_barros@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1827391223830793>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-3961>.

³Expressão utilizada por Deni Rubbo e Leandro Galastri no texto de apresentação da 51ª edição da Revista Crítica Marxista (2020), em homenagem aos noventa anos da morte de Mariátegui.

estão, em geral, bem desenvolvidas na literatura (Aricó, 1987; Löwy, 2011; Quijano, 1982). Mas as referências às fontes peruanas geralmente estão centradas no debate com Haya de La Torre⁴. Se Mariátegui promoveu o encontro entre Leni e Tupac Amaru, este empreendimento precisou ser mediado, já que o jornalista não falava as línguas indígenas e nem pôde visitar as comunidades andinas devido seus problemas de saúde.

Provavelmente a pesquisa mais importante sobre as fontes peruanas do pensamento de Mariátegui seja a obra *El mito del socialismo indígena: Fuentes y contextos peruanos de Mariátegui*, publicada em 1999 pelo historiador uruguaio Gerardo Leibner. O autor investiga e localiza as fontes do pensador peruano, de um lado, nos camponeses indígenas e militantes indigenistas, de outro lado, nos revolucionários de origem europeia. Leibner (1999) destaca que as diversas revoltas e o início de uma organização indígena em âmbito nacional foram fundamentais para o desenvolvimento das teses mariateguianas. Segundo o historiador uruguaio, foram essas lutas que colocaram a questão indígena na pauta política, social, cultural e econômica do Peru. Nesse contexto, “algo muito profundo se movia e Mariátegui foi um dos poucos liminhos a percebê-lo” (Leibner, 1999, p. 182).

No debate nacional peruano no início do século XX, a discussão girava em torno da possibilidade de integração dos indígenas ao processo de desenvolvimento do Peru moderno. O usual termo “problema indígena” é um indicativo da tendência da maioria dos intelectuais *criollos* em considerar a presença indígena como um obstáculo para o progresso (Deveza, 2022). Como demonstra Leibner (1999), no lado mais racista deste debate havia inclusive algumas “soluções” genocidas ou mesmo propostas de políticas de desapropriação em massa e colonização branca. Contudo, o fato dessas ideias quase não aparecerem registradas por escrito pode indicar que elas não possuíam suficiente legitimidade ideológica.

Neste contexto, as principais questões postas no debate eram: como transformar os indígenas em um fator proveitoso para o desenvolvimento nacional? Como resgatá-los do seu estado de degeneração? Em meio à variedade de propostas e ideias, um grupo político se torna pioneiro no debate nacional e uma

⁴ Víctor Raúl Haya de La Torre foi um político e intelectual peruano, fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Mariátegui rompe com o movimento em 1928, quando este decide se transformar em partido político de caráter reformista, disposto a agregar em suas fileiras as frações nacionalistas da burguesia peruana (Galastri, 2017).

influência decisiva para formação teórica de José Carlos Mariátegui. Refiro-me aqui aos “anarco-sindicalistas”.

Mariátegui e seus companheiros do núcleo fundador do Partido Socialista Peruano (1928) não foram os primeiros a “peruanizar” uma ideologia revolucionária moderna e universalista de origem europeia. Os anarco-sindicalistas são os primeiros a efetuar esse movimento teórico-político. O surgimento da questão indígena levou o movimento anarquista a uma reavaliação de suas posições eurocêntricas. E isso foi resultado justamente do contato com a realidade andina e suas convulsões sociais. Nesse sentido, os indígenas deixam de ser objeto de exploração, análise ou instruções e passam a ser, enfim, visto como sujeitos rebeldes contra a exploração e portadores da herança de um passado incaico comunista (Tible, 2020).

Sendo assim, Leibner (1999) destaca que Mariátegui não inventou a ideia de um “socialismo indo-americano”, mas sua contribuição chave se situa na formulação de uma proposta política radical de emancipação dos indígenas. Portanto, “a origem de sua criação marxista tão original (...) se radica em suas fontes de inspiração peruanas não menos nas versões heterodoxas do marxismo que adotou na Europa” (Leibner, 1999, p.42).

Em seu regresso da Europa, em 1923, Mariátegui empreendeu um esforço consciente e sistemático para acessar diversas fontes de informação, tanto escritas quanto orais, sobre a realidade andina. Através da relação com autores indigenista, além da leitura de artigos sobre a “questão do índio” e de estudos históricos, sociais, econômicos, “Mariátegui foi se peruanizando” (Tible, 2020, p. 35).

Os Sete Ensaios

Entre 1925 e 1928, Mariátegui escreveu e publicou em jornais e revistas uma série de artigos sobre a realidade peruana, os quais posteriormente foram reunidos, reorganizados e ampliados. O resultado dessa compilação e reformulação foi publicado em novembro de 1928, com o título de *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. É a partir desta obra que podemos localizar as formulações mais maduras de Mariátegui sobre a questão indígena.

Apesar de Mariátegui (2004) afirmar na Advertência que abre o livro que a obra não se constitui como um “livro orgânico”, podemos afirmar que os *Sete*

Ensaio se apresentam como seu trabalho mais sistemático. Como salienta André Kaysel (2012), é possível observar, justamente pela ordem que os textos aparecem, uma estrutura interna que muito provavelmente foi previamente concebida. O revolucionário peruano começa a obra com uma breve história econômica do Peru, seguindo com a questão do índio; a questão agrária; a educação; a religião; o problema regional e por último, a literatura. Desta forma, “esse caminho é bastante coerente com o método do materialismo histórico, o qual parte das contradições na infraestrutura e segue para os domínios da superestrutura nos quais essas contradições se expressam e se complexificam” (Kaysel, 2012, p. 145).

Analisando o desenvolvimento desigual e combinado do Peru, Mariátegui (2004) afirma que a formação social de seus país era um amálgama de três “economias” (ou “modos de produção”): o socialismo ou comunismo primitivo, o feudalismo e o capitalismo (este último em fase de desenvolvimento). O socialismo ou comunismo primitivo sobrevivia nas comunidades rurais dos indígenas (o *ayllú*) do altiplano andino que havia sobrevivido à conquista e à colonização espanholas.

Por outro lado, Mariátegui (2004) destaca que, legado pela colônia, o latifúndio feudal permaneceu e também se fortaleceu após o processo de independência a partir do seu entrelaçamento com a nascente economia capitalista. Esta, originada na costa, apoiava-se na exportação de produtos primários (minerais e agrícolas) e era dominada por capitais estrangeiros (britânicos em um primeiro momento e, posteriormente, norte-americanos).

Mariátegui (2004) demonstra que, mesmo com o desenvolvimento capitalista mais complexo do período imperialista – que envolve, sobretudo, a mineração e uma incipiente industrialização – ,o regime burguês derivado da Revolução de independência peruana, por sua associação umbilical com o latifúndio, é incapaz de alterar as relações sociais que excluem o índio. Nesse sentido, tendo em vista que o capitalismo é um sistema mundial, “a independência sul-americana apresenta-se ditada pelas necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental ou, mais exatamente, capitalista” (Mariátegui, 2004, p. 6).

Portanto, para o nosso autor, a economia peruana de então mantinha um caráter colonial: isto é, seus dinamismos eram ditados “de fora”, pelos interesses do capital financeiro internacional. O capitalismo, consolidado pela penetração do capital monopolista anglo-saxão, se integrou e fortaleceu as relações “arcaicas” de produção, em vez de dissolvê-las. O legado colonial permanece como algo vivo e

atuante no presente peruano. A “inorganicidade” da formação social do país andino aparece como resultado da permanência da herança da conquista.

Sendo assim, na concepção de Mariátegui (2004), não apenas a economia nacional era dependente e desarticulada como também a cidadania era negada às massas populares. Nesse contexto, como então constituir uma nação sem a integração econômica, política e social da massa da população?

Mariátegui começa o segundo dos sete ensaios afirmando que todas as teses que não consideram a questão indígena como um problema socioeconômico, não passam de “estéreis exercícios teóricos condenados a total descrédito”. O revolucionário peruano advoga uma crítica que busque as raízes do problema do índio não nas determinações jurídicas, culturais ou morais, mas sim na estrutura econômica da sociedade peruana. Pois,

a questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la através de medidas administrativas ou policiais, através de métodos de ensino ou com obras de viação, constitui um trabalho superficial ou adjetivo, enquanto subsistir o método feudal dos “gamonales” (Mariátegui, 2004, p. 21).

Os “Gamonales” eram essencialmente os latifundiários peruanos da região serrana que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão - muito parecido com a forma feudal -, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como problema da “feudalidade” peruana (Galastri, 2017). Desta forma, a marginalidade da massa quéchua só poderia ser entendida como resultado do regime de dominação social dos grandes proprietários rurais, onde o latifúndio e as relações de trabalho servil representavam os pilares dessa configuração social.

Na esteira dessa argumentação, Mariátegui (2004) destaca que o regime de propriedade da terra condiciona o regime político de seu país. Ou seja, o problema agrário perpassa por todos os problemas do Peru, impedindo a formação e o funcionamento de qualquer instituição democrática e até mesmo liberal. Desta forma, tendo em vista a relação de dominação e servidão as quais os povos indígenas estão submetidos, Mariátegui defende que não há como resolver o “problema do índio” sem extinguir o latifúndio.

Com base em uma visão materialista e dialética da realidade, o comunista peruano desloca a questão indígena de um viés culturalista, moralista e religioso

para uma análise econômica e política. Sendo assim, “a solução do problema do índio tem de ser uma solução social. Os índios é que devem realizá-la” (Mariátegui, 2004, p. 31).

Considerações finais

Em abril de 2025, completam-se 95 anos da morte de José Carlos Mariátegui. Pensar na atualidade de um autor que produziu, sobretudo, na década de 1920 não é tarefa fácil. No entanto, apesar do século que nos separa, questões fundamentais suscitadas pelas “heresias” do revolucionário peruano continuam a nos interpelar no presente.

Em 1994, Florestan Fernandes publica o texto *Significado atual de José Carlos Mariátegui*, publicado no *Anuário Mariateguiano*.⁵ Na ocasião, o sociólogo paulistano relembra a importância histórica do intelectual peruano e suas temáticas inovadoras. Segundo Florestan, os *Sete ensaios* enriqueceram o marxismo fora e acima dos eixos eurocêntricos. Nesse contexto, Mariátegui continuaria sendo

(...) o farol que ilumina dentro da pobreza e do atraso da América Latina, os limites intransponíveis da civilização capitalista e as exigências elementares da civilização sem barbárie, que as revoluções proletárias não lograram concretizar (Fernandes, 2015, p. 20).

Portanto, José Carlos Mariátegui construiu um pensamento crítico descolonizador, onde a articulação entre raça e classe não é apenas um imperativo para a compreensão da realidade latino-americana, mas também um empreendimento fundamental para a construção de uma práxis radical de libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista. Ao analisar a sociedade peruana a partir da ótica das populações indígenas, Mariátegui compreende o racismo como um fator estruturante do capitalismo periférico, antecipando questões presentes nos chamados “estudos pós-coloniais”.

Enquanto não superarmos a dicotomia entre raça e classe no entendimento das particularidades da América Latina, ficaremos fadados a fazer uma análise insuficiente da realidade concreta, e impossibilitados de construir uma sociedade que não seja baseada na exploração e na opressão “do homem pelo homem”. A

⁵ Esse texto também foi publicado em um dos seus livros póstumos: *A contestação necessária: retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários de 1995*.

partir das contribuições de José Carlos Mariátegui, podemos argumentar que os marxistas devem se situar entre aqueles que concebem o racismo como uma práxis orgânica do capitalismo, que o reforça e consolida seu desenvolvimento. Desta forma, não pode haver nenhuma perspectiva de transformação social sem a destruição de ambos.

Referências

ARICÓ, J. O marxismo Latino-americano nos anos da Terceira Internacional In: HOBBSAWM, Eric (org.). **História do marxismo**; o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAGA, R. Apresentação. In: RUBBO, Deni Alfaro. **O labirinto periférico**: aventuras de Mariátegui na América Latino. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

DEVEZZA, F. Mariátegui, González Prada e o indigenismo radical no Peru da década de 1920. **Revista Tempo**, Niterói, vol. 28 n. 2, 2022.

FERNANDES, F. O significado atual de José Carlos Mariátegui. In: **Mariátegui** – Edição de homenagem das editoras Batalla de ideas (Argentina), Expressão Popular (Brasil) e Leftword Books (India): 2015.

GALASTRI, L. A revolução russa no pensamento de José Carlos Mariátegui: uma leitura de Lênin. In: **41º Encontro Nacional da Anpocs**, 2017, Caxambu. Anais do 41º Encontro Nacional da Anpocs, 2017. p. 1-23.

KAYSEL, A. **Dois encontros entre o marxismo e a América Latina**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

LEIBNER, G. **El mito del socialismo indígena**. Fuentes y contextos peruanos de Mariátegui. Fondo Editorial de la Pontificai Universidad Católica Perú, 1999.

LÖWY, M. Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: LÖWY, Michael (org.). **Por um socialismo indo-americano**: ensaios escolhidos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARIÁTEGUI, J C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo, Alfa-omega, 2004.

QUIJANO, A. **Introducción a Mariátegui**. México: Primeira edición em série popular Era, 1982.

RUBBO, D A. **O labirinto periférico**: aventuras de Mariátegui na América Latina São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

TIBLE, J. **Marx Selvagem**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.